



FOME AUMENTA NO BRASIL

Mais da metade da
população está em
insegurança alimentar

Página 4

Leonardo de França - Brasil de Fato



Direito do comerciário:

escala deve ser entregue
ao trabalhador

Página 2



Liberdade de imprensa:

diversas vozes devem
estar representadas

Página 3

HORÁRIO ESPECIAL**Regras para o trabalho nas vésperas de Dia dos Namorados**

DATAS	HORÁRIO	HORAS EXTRAS	INTERVALO
10/06/2022 (sexta-feira)	09h às 20h	01h	02 horas de almoço + lanche especial (pão, presunto, muçarela e refrigerante ou R\$7,00)
11/06/2022 (sábado)	09h às 17h	04h	01 hora de almoço + almoço pago pela empresa



Além do lanche especial ou almoço, o empregado continua a ter direito ao lanche diário, garantido pela Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2023 (pão, manteiga, café e leite ou o valor de R\$6,50).

As horas extras feitas nesses dias, serão somadas às horas realizadas nas outras datas comemorativas e os comerciários compensarão com folgas a serem definidas nas negociações dos jogos do Brasil na Copa do Mundo e horário especial de Natal. Quem for dispensado do emprego antes dessas compensações, deve receber essas horas extras na hora da rescisão, calculadas com adicional de 100% sobre o valor da hora normal de serviço.

Outro detalhe importante. Há empresas que utilizam a mão de obra de seus empregados em sistema de turnos. Porém, mesmo assim, se funcionarem nesses dias além do horário normal do comércio (que é de 2ª a 6ª feira, de 8h às 18h e aos sábados de 8h às 12h), terão que conceder as folgas que o SECI negociar.

É importante que o comerciário acesse o link Acordos do site www.seci.com.br e conheça a Convenção Coletiva de Datas Comemorativas 2022 na íntegra. Se perceber que algum de seus direitos foram desrespeitados, o trabalhador deve buscar orientação no SECI. A multa por descumprimento é no valor de um salário comercial por empregado prejudicado.

PROMOÇÃO
Válida até 31/08/2022

Convite: R\$20;
Meia-entrada*: R\$10;
Dependente do sócio:
gratuito todos os dias;

* Crianças de 6 a 11 anos e
pessoas de 60 anos acima.

SECI **Clube dos Comerciários**

ATENÇÃO:

Durante os meses de junho, julho e agosto, a lanchonete do Clube ficará fechada. O funcionamento do Clube também estará alterado nesse período, para o horário de 8h às 17h.

CORPUS CHRISTI**Empresas devem ficar atentas às regras do comércio nos feriados**

A lei trabalhista e a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2021/2023 determinam que a mão de obra dos empregados do comércio só pode ser utilizada se for autorizado pelo Sindicato. Por isso, apenas o segmento que tem acordo assinado com o SECI pode convocar seus empregados para trabalhar no próximo feriado, de 16 de junho. Esse segmento é formado pelos supermercados, açougues, casas de carnes, mercearias, peixarias, varejões, sacolões, hortifrúteis, distribuidoras de gêneros alimentícios na cidade de Ipatinga. Os demais segmentos, como as lojas de rua e do shopping, não podem utilizar a mão de obra de seus empregados, sob pena de multa no valor de um salário comercial por empregado prejudicado.

Além disso, o trabalho no segmento autorizado também precisa seguir as regras da CCT, como a remuneração extra, por exemplo. Os empregados que trabalharem nesse dia, devem receber até o dia 07 de julho um adicional que varia de 6% a 10% do valor do salário do empregado, calculado proporcional ao período trabalhado. Se esse valor for menor que a garantia mínima, que é R\$100, prevalece o valor que for maior. A empresa não pode compensar a jornada desse dia com folga, nem ultrapassar o horário de trabalho que é de 8h às 18h. Nesse dia o empregado que trabalhar um período superior a 6h01 terá direito a um almoço com intervalo de no mínimo uma hora e no máximo duas horas. Já os que trabalharem menos que 6h01 têm direito a um lanche e quinze minutos de intervalo.

Caso a empresa descumpra qualquer regra da CCT de Feriados, poderá ser multada. O SECI solicita que os comerciários ajudem a exigir o cumprimento dos direitos, acumulando provas como comprovantes de compra, registro de cartão de ponto, fotos, dentre outras.

NOSSOS DIREITOS**Escala de revezamento deve ser entregue ao trabalhador**

Uma das reivindicações dos comerciários que o SECI inseriu na Convenção Coletiva de Trabalho no Comércio (CCT) é sobre a obrigação da empresa organizar mensalmente a escala de trabalho e entregar ao empregado uma via três dias antes da entrada em vigor. Por exemplo: a escala que inicia dia 1º de julho deve ser entregue impressa ao empregado até o dia 28 de junho. Essa norma está na cláusula 30ª, parágrafo 3º, da CCT 2021/2023. Essa escala, além de ser entregue a cada empregado, deve ser afixada em quadro sujeito à fiscalização, não podendo ser alterada após a sua publicação. Caso a empresa mude a folga do trabalhador após a publicação da escala e/ou não entregue uma cópia com a devida antecedência, o empregado tem direito a uma multa no valor de 50% do salário comercial.

TRANSPORTE PÚBLICO**SECI participa de assembleia popular**

Poucos horários e linhas, ônibus lotados e velhos, poucos assentos para idosos, preço abusivo da passagem, falta de transporte nas partes altas da cidade, informação inadequada sobre horários e itinerários. Esses são alguns dos problemas que o SECI discutiu na assembleia popular realizada no dia 26 de abril, organizada pelo Fórum em Defesa da Vida e o mandato da vereadora professora Cida Lima. A assembleia foi realizada em frente à Câmara Municipal de Ipatinga, já que o povo foi impedido de discutir o transporte dentro da casa legislativa. Mesmo assim, as discussões geraram encaminhamentos para buscar melhorias no transporte público municipal. O SECI continuará acompanhando e cobrando adequações. Os comerciários podem contribuir com essa luta cobrando dos vereadores, prefeito e concessionária a oferta de serviços de qualidade, já que o transporte é um direito social previsto na Constituição Federal.

**CARTÃO DE SÓCIO DO SECI****Documentos necessários:**

RG, CPF, Carteira de Trabalho, o último contracheque (exceto do adiantamento) e comprovante de endereço. Se for Carteira de Trabalho Digital, trazer impresso o print do Contrato de Trabalho. Para incluir dependentes é preciso apresentar o RG ou certidão de nascimento de cada dependente, e a certidão de casamento ou de união estável, se for o caso. Todos os documentos devem ser impressos, não aceitamos fotos em celular, nem por e-mail. Para renovar, basta apresentar o cartão de sócio e o último contracheque.

MEIO AMBIENTE

Desmonte das leis ambientais vai contra a defesa da vida

Por diversas vezes foi noticiado pela imprensa o pânico da população de algumas cidades mineiras que convivem com o risco de rompimento de barragens. Mas não é só lá que o toque da sirene deveria ser ouvido. “Todo esse alarme tem a ver com a nossa vida cotidiana no Vale do Aço e é muito importante que todos nós estejamos atentos”, alerta Thiago Alves, da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Uma prova disso é que, sendo a água da cidade de Ipatinga e do Vale do Aço um sistema integrado, qualquer forma de rompimento de barragens no Alto Piracicaba ou em seus afluentes poderia atingir e comprometer a captação de água em Ipatinga. Outro exemplo dos efeitos danosos da mineração é que o rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho agravaram as condições das enchentes na região. “É o que nós estamos vendo em toda região mineira, no Vale do Aço, Vale do Rio Doce, em que os rejeitos até hoje estão nas casas e nas terras, tornando as propriedades semidesertos. Isso tudo é resultado da não reparação, da não limpeza dos rios e a geração de novos danos no contexto desse crime socioambiental”. Segundo ele, o governo de Romeu Zema olha apenas como um suposto possível fenômeno natural, tirando a responsabilidade do Estado e das grandes empresas.

O MAB denuncia ainda que, entrando no sétimo ano do crime do rompimento da barragem em Mariana e passados três da barragem de Brumadinho, além de não ter havido preocupação com a reparação dos danos causados, o governo estadual tem atuado para desmontar a legislação ambiental em favor das mineradoras. E não para por aí. Segundo Alves, o governo busca deslegitimar a luta por direitos e o ativismo ambiental de qualquer natureza, chamando de alarmismo e dizendo que os movimentos são contra o progresso.

“O debate sobre a Serra do Curral em Belo Horizonte é um símbolo de como o governo de MG tem tratado a questão ambiental”, afirma. Isso porque a aprovação do Complexo Minerário Serra do Taquaril ameaça não só a fauna e flora da região, como também traz danos diretos às comunidades vizinhas. Empreendimentos como esses têm sido aprovados em várias regiões do estado, seguindo a mentalidade antiambiental do governo federal. O representante do MAB cita a defesa do garimpo ilegal na Amazônia e em outras partes do país como um exemplo dessa pauta antipopular que tem o objetivo de garantir o lucro do grande empresário.

É por isso que, na avaliação do Movimento é preciso dar um freio a esse processo extremamente perigoso para as pessoas e para o meio ambiente, com resistência, na luta eleitoral e fortalecendo as organizações de base. “E continuar pressionando, seja lá quem for o governador de MG e em nível nacional, fortalecer as lutas, seguir com a mobilização, cobrando do governo que respeite o programa que nós defendemos”. No mês em que celebramos o Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho), o SECI, que atua também como representante dos trabalhadores no Codema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Ipatinga), destaca a importância de o trabalhador estar atento ao debate ambiental para reconhecer e apoiar os projetos que realmente estejam em defesa da vida no presente e no futuro das gerações.



LIBERDADE DE IMPRENSA

Democratizar a mídia para representar diversas vozes da sociedade

Divulgação CUT

Uma pesquisa realizada pela Tabulare, em outubro de 2021, no comércio de Ipatinga aponta que 79% dos comerciantes se informam cotidianamente pelas redes sociais. Já os meios de comunicação de massa, como TV, rádio, jornais e revistas são utilizados por 16,9% da categoria. A forma de se informar tem mudado, mas o professor de Ciência Política e Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Venício Lima, explica em entrevista ao *Informativo Comerciário* que há um longo caminho para alcançar a mídia livre e democrática que a sociedade precisa.

Concentração - “O principal papel da mídia seria o de representar o conjunto de vozes, a diversidade, a pluralidade de vozes que existe na sociedade para formar uma opinião pública democrática”, explica Venício Lima. Segundo ele, esse é o ponto de vista teórico, porque na prática, no Brasil, como não há nenhum mecanismo de regulação do setor midiático, há uma concentração do controle da mídia. Ou seja, esse serviço público, que é uma concessão do Estado, é controlado pelos mesmos grupos empresariais nos mais diversos meios. É o chamado oligopólio, onde a mesma empresa possui a TV aberta e fechada, a rádio AM e FM, jornais, revistas e sites na internet. “Isso faz com que aquele papel da mídia seja distorcido. Porque com a mídia sendo controlada por uns poucos oligopólios a primeira consequência que você tem é uma distorção da representação do conjunto de vozes no debate público. Portanto, você não tem a formação de uma opinião pública democrática, que é uma questão central da democracia”. O professor destaca que essa é uma das principais contradições da democracia brasileira. Isso porque, embora tenhamos a universalização do direito ao voto, como a nossa mídia é concentrada nas mãos de poucos, nunca tivemos condições de formar uma opinião pública democrática.

Vozes silenciadas - Uma das consequências dessa concentração, de acordo com Lima, é que algumas vozes da sociedade brasileira são silenciadas. Isso acontece, por exemplo, com os pobres, negros, mulheres. O lado da história contado por essa mídia é a dos detentores do poder econômico, já que geralmente quem financia esse aparato midiático possui muito dinheiro. Nesse sentido, a versão dos oprimidos e trabalhadores raramente é divulgada nos noticiários.

Então a internet seria uma solução para descentralizar as informações? Segundo o professor, não. Porque apesar de, teoricamente, qualquer pessoa que tenha acesso a um celular ou computador poder acessar o espaço público da internet, esse espaço não tem a mesma capacidade das mídias tradicionais, como a TV e a rádio. “O espaço da internet, sobretudo nas redes sociais, se dá através da formação de nichos, grupos de pessoas que se agrupam em torno de valores, ideias e princípios”. O professor



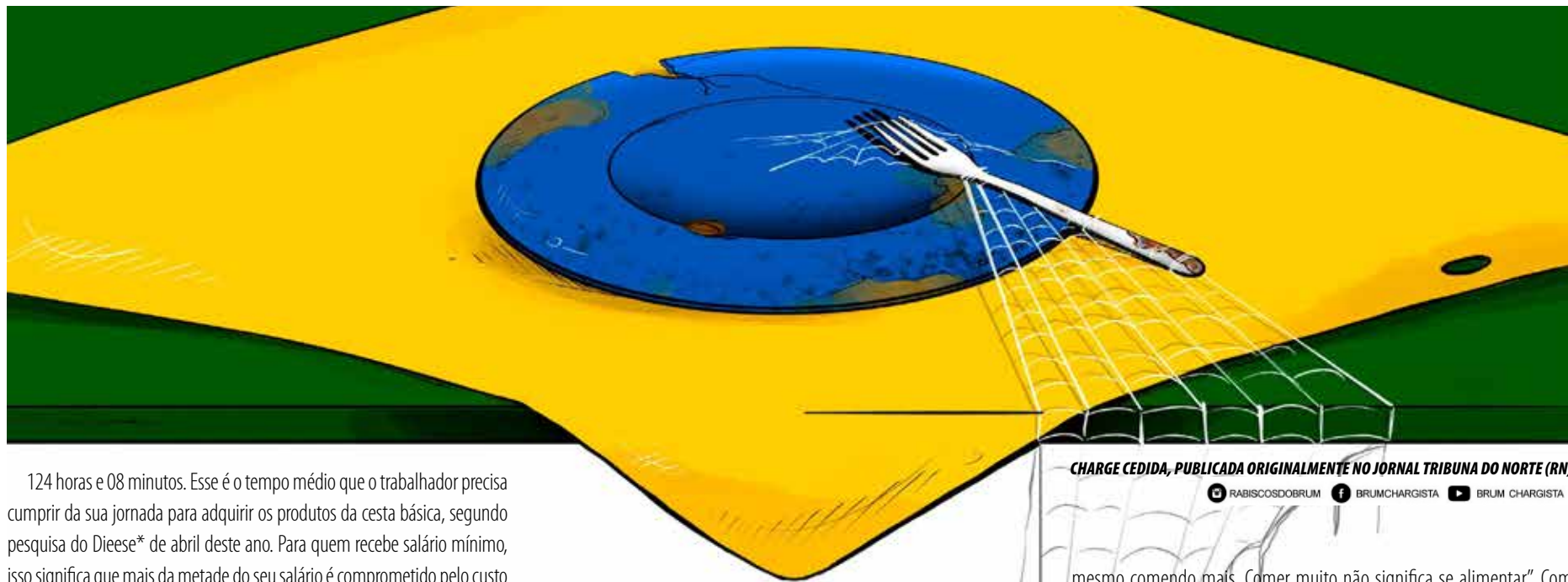
explica que esses nichos não se comunicam entre si. Com isso, não é possível alcançar um debate público universalizado. “Aí tem um problema interessante porque, na medida em que cada um de nós usa as plataformas da internet, o Facebook, o Twitter, o Google, Youtube, essas grandes empresas que controlam esse espaço, nós entregamos as informações do nosso comportamento de consumo, do que pensamos, do que lemos, do que gostamos ou não gostamos”. Assim, ele alerta que, de posse desses dados, essas empresas são capazes de formular mensagens para manipular públicos específicos, sobretudo em processos eleitorais.

Liberdade - É nesse contexto da internet e das redes sociais que a divulgação de desinformação, as chamadas fakenews, se potencializa. O fato de ser mais difícil descobrir a fonte da notícia é um dos pontos que favorecem esse crime. Outro ponto destacado por Lima é que ao ser divulgada em grupos específicos, que já pensam de uma determinada forma, quem recebe a mensagem tende a acreditar na notícia, porque confirma a forma como ele pensa, então, em geral, não se preocupa em verificar se a informação está correta ou não. Para combater essa prática existem vários sites de checagem de notícias. Dentre eles estão o FakeCheck, o Coletivo Bereia, o Projeto Truco da Agência Pública, a Agência Lupa ligada à Folha de São Paulo e o Fato ou Fake, que é do grupo Globo.

Mas o que poderia mesmo mudar essa realidade de desinformação e concentração midiática é a regulação e democratização da mídia. Os grupos que detêm o poder midiático geralmente respondem aos projetos de controle midiático dizendo que é tentativa de censura. O professor destaca que isso ocorre principalmente porque esses grupos querem continuar divulgando desinformação para obterem vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente o povo, prejudicando o interesse público. Portanto, para garantir a liberdade de imprensa, que celebramos no dia 07 de junho, precisamos lutar pela representação do conjunto de vozes presentes na sociedade. Só assim essa mediação do debate público será verdadeiramente livre para formar uma opinião realmente democrática.

Insegurança Alimentar no Brasil

116 milhões de famílias têm dificuldades para adquirir alimentos



CHARGE CEDIDA, PUBLICADA ORIGINALMENTE NO JORNAL TRIBUNA DO NORTE (RN)

 RABISCO DO BRUM
  BRUMCHARGISTA
  BRUM CHARGISTA

124 horas e 08 minutos. Esse é o tempo médio que o trabalhador precisa cumprir da sua jornada para adquirir os produtos da cesta básica, segundo pesquisa do Dieese* de abril deste ano. Para quem recebe salário mínimo, isso significa que mais da metade do seu salário é comprometido pelo custo da cesta básica, que continua a subir no Brasil. A alta no preço dos alimentos e dos combustíveis (carestia) é um dos fatores que fazem aumentar a insegurança alimentar da população.

As estatísticas apontam e o aumento de pessoas necessitadas nas ruas e nos grupos de ajuda evidenciam essa triste realidade. De acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa e Segurança Alimentar e Nutricional), são 116 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar no país. Ou seja, mais da metade da população brasileira. A mesma pesquisa aponta ainda que nos últimos três meses de 2020, mais de 19 milhões de pessoas estavam passando fome no Brasil.

Falta de incentivo aos que põem comida na mesa

“O Brasil tem a maior capacidade de produção de alimentos do mundo devido à sua geografia e tamanho. A maior bacia hidrográfica do mundo está aqui. Temos um clima que favorece desde a produção em terras frias como terras quentes. Temos um povo trabalhador. Então, o Brasil pode produzir não só para sua população como outras populações do mundo”, explica Vander de Almeida Neto, assessor parlamentar do mandato do deputado federal Padre João, presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional. Mas mesmo com todas essas condições brasileiras, o governo incentiva a produção de commodities (como grãos de soja, milho, etc) que são utilizados pela indústria de alimentos para produção de ração animal e processados, em detrimento da agricultura familiar que alimenta de verdade a população, já que é responsável por mais de 75% do que comemos dia a dia.

Essa postura do governo federal é parte de decisões que têm feito o Brasil retornar ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). O país tinha deixado de aparecer nesse mapa em 2014 após a implantação de uma série de políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mas com os cortes orçamentários que têm ocorrido, desde o governo Temer e ainda mais no governo Bolsonaro, a insegurança alimentar tem aumentado, sobretudo nas famílias de baixa renda.

Decisões políticas fazem preços subirem

E se engana quem acha que esse problema surgiu por causa da pandemia ou da Guerra na Ucrânia. “A economia do país já estava em declínio acentuado antes da pandemia. O IBGE já havia divulgado o PIB (Produto Interno Bruto) de 2019 em apenas 1,1%, mais baixo que o governo Temer que foi de 1,3%. A forma de lidar com a pandemia, um completo desastre, insinuações contra as vacinas e o negacionismo fizeram com que tivéssemos o maior índice de mortes do mundo e o prolongamento das infecções. Desta forma, o que já era ruim, ficou ainda pior, ou seja, a economia desacelerou bruscamente, causando desempregos e fome pelo país”, explica o assessor. Para piorar esse cenário, o governo brasileiro tem uma política de preços de combustíveis que atrela os preços do barril de petróleo ao valor internacional. “Ou seja, nós brasileiros recebemos em reais e pagamos o combustível em dólar. Obviamente, com uma economia ainda sujeita à matriz energética como o petróleo, quando esse sobe, todos os outros preços vão subir”.

Alimentos seguros e saudáveis

O Relatório da Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (Fian Brasil) destaca outro impacto da crise sobre a alimentação das famílias, que é no quesito qualidade. “Se não chegam a passar fome, são certamente acometidas pela piora na qualidade da alimentação, uma vez que, quanto menor o poder aquisitivo familiar, menor o consumo de alimentos saudáveis, como frutas, legumes, raízes, tubérculos, grãos, castanhas, carne, leite e peixes”, aponta o documento.

É por isso que falar de segurança alimentar vai muito além de apenas comer. Neto explica que se trata de alimentar adequadamente, com quantidade e qualidade para garantir a saúde mental e do corpo. O modo de vida adotado pela sociedade, com a correria do dia-a-dia, tem feito as pessoas recorrerem a alimentos congelados e processados, como fastfoods, e perder hábitos de ir às feiras, onde se encontra verduras, frutas e legumes mais frescos, da época. “Com isso, estamos adoecendo mais, aumentamos nosso índice de obesidade, diabetes, anemias, etc,

mesmo comendo mais. Comer muito não significa se alimentar”. Com a proximidade do Dia Mundial de Segurança dos Alimentos, celebrado em 07 de junho, essa pauta da qualidade dos alimentos reforça a importância da produção da agricultura familiar agroecológica/orgânica que além de não ser cultivada com componentes químicos, como agrotóxicos, antibióticos e fertilizantes, agressivos ao solo e às águas, tem maior qualidade nutricional e sabor.

Em defesa do direito à alimentação

Portanto, além de medidas como o fortalecimento das políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar, é preciso investir também em programas de educação para mudança de hábitos alimentares e incentivos às feiras da agricultura familiar. Outra medida importante é citada pela assistente social Glaucilene Garcia de Souza, do Banco de Alimentos da Prefeitura Municipal de Ipatinga: o controle do desperdício. Segundo ela, além da desigualdade de renda, o desperdício alimentar faz com que milhões de pessoas sejam afetadas pela fome. O Banco de Alimentos, localizado na Rua Paraná, no bairro Parque das Águas em Ipatinga, recolhe diariamente, em estabelecimentos comerciais parceiros, alimentos ainda aptos para o consumo humano, mas que teriam o lixo enquanto destino. “Recuperamos esses alimentos, selecionamos, higienizamos, embalamos e atendemos às instituições socioassistenciais e famílias em situação de insegurança alimentar”.

Iniciativas como essas são importantes para ajudar no combate a insegurança alimentar. Mas é preciso ir além. Reconstruir as políticas públicas para que a população tenha acesso à alimentos de qualidade e possa adquiri-los sem comprometer a maior parte da sua renda, como tem acontecido. Para isso, não basta reclamar no supermercado. É preciso cobrar dos governantes e apoiar aqueles que realmente estão comprometidos com os direitos constitucionais do povo à alimentação e à vida digna.

* Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A pesquisa está disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202204cesta-basica.pdf>.